

ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO – ECAD

Balanços Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Valores expressos em milhares de reais

	Nota Explicativa	31/12/15	31/12/14 (Reapresentado)
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	960.187	770.398
Arrecadação a receber	4	3.118	2.528
Adiantamentos às associações	5	57.791	54.531
Direitos a receber	7	-	805
Adiantamentos diversos	-	3.563	1.515
Despesas do exercício seguinte	-	902	963
Total dos ativos circulantes		1.025.561	830.740
<i>Ativos não circulantes</i>			
Bloqueios judiciais	6	101	193
Depósitos judiciais	17	2.257	1.995
Direitos a receber	7	145	144
Aplicações financeiras	8	12.937	9.988
Imobilizado	9	15.312	9.357
Intangível	10	19.410	15.522
Total dos ativos não circulantes		50.162	37.199
Total dos ativos		1.075.723	867.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Valores expressos em milhares de reais

	Nota Explicativa	31/12/15	31/12/14
Receita			
Taxa de administração – Arrecadação	19	149.792	194.656
Taxa de administração – Financeira	19	16.820	12.920
Receita operacional bruta		166.612	207.576
Despesas com pessoal	20	(84.372)	(73.569)
Despesas administrativas	21	(47.178)	(45.937)
Despesas tributárias	22	(3.524)	(3.018)
Despesas financeiras	23	(1.000)	(1.058)
Despesas com Carnaval	24	(231)	(231)
Reversão/constituição de provisões	25	5.210	(5.135)
Outras receitas/despesas operacionais	26	(28.483)	(8.865)
Superavit operacional antes da participação nos resultados		7.034	69.763
Participação dos empregados nos resultados	29	(6.816)	(6.060)
Superavit do exercício		218	63.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Valores expressos em milhares de reais

Descrição	Patrimônio social	Superavit acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	58	85.102	85.160
Ajuste de exercícios anteriores		(12.803)	(12.803)
Superavit do exercício	-	63.703	63.703
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)	58	136.002	136.060
Ajuste de exercícios anteriores		(480)	(480)
Superavit do exercício	-	218	218
Saldo em 31 de dezembro de 2015	58	135.740	135.798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota Explicativa	31/12/15	31/12/14 (Reapresentado)
Passivos			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores		3.861	1.943
Impostos, taxas e contribuições sociais a recolher	11	2.625	2.187
Direitos arrecadados a classificar	12	1.076	2.714
Percentual societário de arrecadação	13	67.447	55.961
Direitos arrecadados a distribuir	14	773.472	618.666
Receitas financeiras a distribuir	15	70.132	24.688
Distribuições a identificar	-	-	578
Provisão para férias e encargos	16	5.401	5.394
Participação nos resultados	29	6.831	6.064
Outros passivos	-	1.657	1.172
Total dos passivos circulantes		932.502	719.367
<i>Passivos não circulantes</i>			
Adiantamentos	-	120	-
Provisões para contingências	17	7.303	12.512
Total dos passivos não circulantes		7.423	12.512
<i>Patrimônio líquido</i>			
Patrimônio social	18	58	58
Superávit acumulado	-	135.740	136.002
Total do patrimônio líquido		135.798	136.060
Total do patrimônio líquido e passivos		1.075.723	867.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Valores expressos em milhares de reais

Fluxo de caixa de atividades operacionais	31/12/15	31/12/14
Superavit do exercício	218	63.703
Ajustes em:		
Custo de ativo imobilizado baixado	189	779
Provisão para contingências	(5.210)	4.984
Depreciação do imobilizado	2.615	-
Amortização do intangível	3.082	1.749
Amortização benfeitorias em terceiros	135	134
Ajuste de exercícios anteriores	(480)	-
Variação no capital circulante:		
(Aumento) redução arrecadação a receber	(590)	368
(Aumento) redução adiantamento a associações	(3.260)	(7.033)
(Aumento) redução adiantamentos diversos	(2.048)	126
(Aumento) redução despesas do exercício seguinte	61	(229)
(Aumento) redução depósitos judiciais e bloqueios judiciais	(170)	(635)
(Aumento) redução direitos a receber	804	996
Aumento (redução) fornecedores	1.918	(227)
Aumento (redução) impostos, taxas e contribuições a pagar	438	229
Aumento (redução) direitos arrecadados a classificar	(1.638)	(493)
Aumento (redução) percentual societário arrecadação	11.486	9.661
Aumento (redução) direitos arrecadados a distribuir	154.806	149.785
Aumento (redução) receita financeira distribuir	45.444	21.115
Aumento (redução) distribuição a identificar	(578)	53
Aumento (redução) provisão férias e encargos	7	599
Aumento (redução) participação nos resultados	767	1.566
Aumento (redução) outros passivos	485	50
Aumento (redução) adiantamentos	120	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	208.601	247.280
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Pagamentos na aquisição de imobilizado	(8.893)	(2.475)
Pagamentos relacionados a ativos intangíveis	(6.970)	(4.110)
(Aumento) redução aplicações financeiras	(2.949)	34.810
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(18.812)	28.225
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	189.789	275.505
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	770.398	494.893
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	960.187	770.398

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 | Contexto operacional

O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – Ecad é uma associação civil, de natureza privada, sem fins lucrativos, constituída por sociedade de direito de autor e dos que lhe são conexos, criada pela Lei Federal nº 5.988/73 e mantida pela Lei de Direitos Autorais brasileira nº 9.610/88, atualizada pela nova Lei nº 12.853/13.

Seu objetivo principal é a arrecadação, inspeção, fiscalização, controle e distribuição dos direitos autorais sobre as execuções musicais, ou lítero-musicais e de fonogramas, nacionais e estrangeiros, às sociedades que o integram, conforme a seguir elencadas:

- ABRAC – Associação Brasileira de Autores, Compositores, Intérpretes e Músicos
- ABRAMUS – Associação Brasileira de Música e Artes
- AMAR – Associação de Músicos, Arranjadores e Regentes
- ASSIM – Associação de Intérpretes e Músicos
- SADEMBRA – Sociedade Administradora de Direitos de Execução Musical do Brasil
- SBACEM – Sociedade Brasileira de Autores, Compositores e Escritores de Música
- SICAM – Sociedade Independente de Compositores e Autores Musicais
- SOCINPRO – Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Intelectuais
- UBC – União Brasileira de Compositores

Do total arrecadado, no período de janeiro a julho/2015, 77,5% destinou-se aos detentores dos direitos autorais / conexos, 6,89% às associações e 15,61% refere-se à taxa administrativa do Ecad. No período de agosto a dezembro/2015, 80% destinou-se aos detentores dos direitos autorais / conexos, 6,89% às associações e 13,11% refere-se à taxa administrativa do Ecad. Em ambos os períodos, os percentuais destinados aos detentores dos direitos autorais atendem ao artigo 99, parágrafo 4º da Lei nº 12.853/13.

Todo o passivo de direitos autorais a ser distribuído aos titulares e as associações foi atualizado de acordo com os novos percentuais definidos a partir de agosto de 2015.

Apenas o valor arrecadado correspondente ao acordo celebrado com a emissora Globo Comunicação e Participações S/A teve percentuais de participação diferenciados, 77,5% destinou-se aos detentores dos direitos autorais / conexos, 7,5% às associações e 15% refere-se à taxa administrativa do Ecad, conforme deliberação da Assembleia Geral na ata 420ª de 13 de novembro de 2013.

Os valores arrecadados, enquanto não distribuídos, são aplicados pela entidade no mercado financeiro e a receita auferida é distribuída, de acordo com os mesmos percentuais descritos no parágrafo anterior.

De acordo com o parágrafo 4º do artigo 99 da Lei nº 12.853 de 14 de agosto de 2013, a parcela destinada à distribuição aos autores e demais titulares de direitos não poderá, em um ano da data de publicação da referida Lei, ser inferior a 77,5% dos valores arrecadados, aumentando-se tal parcela à razão de 2,5% a.a., até que, em 4 anos da data de publicação da citada Lei, ela não seja inferior a 85% dos valores arrecadados.

A redução significativa em 2015 do superavit da entidade em relação ao exercício de 2014, deve-se a redução do percentual de participação do Ecad em 2,5%, a adoção da contabilização da Depreciação do Ativo Imobilizado e pelo aumento considerável da rubrica “Outras despesas operacionais” em decorrência da atualização de todo o passivo a distribuir que neste ano foi assumida integralmente pelo Ecad, conforme decisão da ata 447ª de 29 de julho de 2015.

2 | Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da entidade, findas em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, considerando a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), exceto quanto:

- Pronunciamento Técnico CPC 30: Em função das características do negócio da entidade, a receita de arrecadação é reconhecida por regime de caixa, somente quando do efetivo recebimento, enquanto que as práticas contábeis adotadas no Brasil determinam o reconhecimento das receitas no resultado pelo regime de competência. Consequentemente, os valores representativos dos direitos arrecadados a distribuir e das receitas de taxas de arrecadação correspondem às importâncias identificadas, sobre as quais a entidade pode exercer o efetivo controle.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

A administração do Ecad, aprovou e autorizou a emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 em 14 de março de 2016.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da entidade é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

b. Aplicações financeiras

Compreendem os investimentos financeiros com prazos de resgate superiores a 90 dias da data da aplicação, não considerados pela entidade como sendo de liquidez imediata ou classificados para serem levados até a data de vencimento. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c. Arrecadações a receber

Representados por valores referentes às arrecadações de final do mês, não liberados pelo Banco Bradesco, até o encerramento do exercício social. Estão registradas pelo valor de emissão.

d. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A partir de 01 de janeiro de 2015, a depreciação é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 9.

e. Intangível

Sob este título estão registrados os bens relativos a aquisições de Direitos de Uso de Sistemas (softwares), Marcas e Patentes e Sistemas de Monitoramento – CIA Rádio, CIA Audiovisual e

CIA Obra Musical (desenvolvidos internamente), demonstrados pelo custo incorrido na aquisição, deduzido da amortização acumulada.

f. Outros ativos

Os demais ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas, não excedendo seus correspondentes valores de realização.

g. Passivos circulantes e não circulantes

Estão registrados pelo seu valor estimado de realização e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base “pro-rata-die”.

h. Classificação de itens circulantes e não circulantes

Os ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes, e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

i. Apuração do resultado

Grande parte da receita de arrecadação é registrada pelo regime de caixa, tendo em vista que a operacionalidade normal da entidade, para efeito do repasse aos seus respectivos titulares, reconhece somente os valores de arrecadação efetivamente recebidos.

A entidade reconhece somente a parcela própria das receitas de arrecadação e das receitas de aplicação financeira no resultado.

As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As despesas e custos são reconhecidos somente quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e os valores podem ser razoavelmente mensurados.

j. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

Por ser constituída e desenvolver suas atividades como entidade de direito privado sem fins lucrativos, prestando exclusivamente os serviços para os quais foi instituída, a entidade possui isenção do Imposto de Renda e do recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro, conforme artigo nº 174 do decreto nº 3.000/99 e artigo nº 15 da Lei nº 9.532/97.

k. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingências estão descritos na nota explicativa nº 17.

l. Participação nos resultados

A entidade reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos empregados, o qual é vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no Acordo Coletivo de Trabalho.

m. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela entidade são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (1) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (2) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (3) ativos financeiros disponíveis para venda; e (4) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Ativos financeiros

1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

3) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a entidade não possui instrumentos financeiros registrados nas demonstrações contábeis classificados nessa categoria.

4) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, no caso da entidade, compreendem substancialmente as aplicações financeiras (notas explicativas nº 3 e nº 8).

Passivos financeiros

Representados substancialmente pelos direitos arrecadados a distribuir (nota explicativa nº 14), são apresentados pelo valor original, acrescido de juros e variações monetárias incorridos até as datas das demonstrações contábeis e registrados na rubrica receitas financeiras a distribuir (nota explicativa nº 15).

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a entidade não possui instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações contábeis.

n. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

o. Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada, uma vez que não existem itens que deveriam ser tratados nesta demonstração.

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de premissas e estimativas por parte de administração da entidade que impactam os saldos ativos e passivos. Como o julgamento da administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir destas estimativas. A liquidação das

transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A entidade revisa suas estimativas e premissas anualmente. No caso da entidade o principal julgamento e estimativa contábil refere-se às provisões para riscos cíveis e trabalhistas, conforme segue:

- Provisões para contingências: São constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos.
- Depreciação e amortização: A entidade revisou a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível de vida útil definida, conforme notas explicativas nº 9 e nº 10.

2.4. Novas normas contábeis

2.4.1 Normas contábeis que entrarão em vigor após 2015

A entidade está avaliando os impactos da adoção das normas emitidas pelo IASB em 2015 (ainda sem correspondente no CPC) que entrarão em vigor após o exercício de 2015:

• IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Efetiva para exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

• Ciclo anual de melhorias (2012 – 2014)

Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisadas a IFRS 5 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: divulgações, a IAS 19 – benefícios aos empregados e a IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Efetiva para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

• Alteração da IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras

Efetiva para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. Os principais impactos identificados estão relacionados à divulgação das políticas contábeis e julgamento de materialidade nas notas explicativas.

• Alteração da IAS 16 – Imobilizado e IAS – 38 Ativos intangíveis

A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

2.5. Reapresentação dos valores correspondentes do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2014

Até 31 de dezembro de 2014, a entidade não registrava a depreciação sobre os bens de seu ativo imobilizado, não elaborava estudo específico quanto à análise periódica da capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível (“impairment”), não efetuava a revisão da expectativa de vida útil econômica do ativo imobilizado e intangível, bem como não determinava o valor residual dos bens (parcela não depreciável) do ativo imobilizado e intangível. A partir de 1º de janeiro de 2015, com base em estudo técnico efetuado por empresa independente, a entidade passou a depreciar os seus bens com base na expectativa de vida útil econômica do ativo imobilizado e intangível regularizando os assuntos supramencionados. Entretanto, a contabilização desses ajustes de saldos não foi efetuada na sua totalidade em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificações de erro e CPC 26 (R1) – apresentação das demonstrações contábeis, sendo efetuados diretamente no patrimônio líquido da entidade como ajustes de exercícios anteriores. Dessa forma, a demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está apresentada sem o efeito desse ajuste. Entretanto, o resultado desse ajuste encontra-se demonstrado no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2014 originalmente apresentados comparativos às demonstrações ora reapresentadas de acordo com o CPC 23 e CPC 26 (R1):

	Saldos originalmente apresentados 31/12/2014	Ajustes	Saldos ajustados 31/12/2014
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	770.398	-	770.398
Arrecadação a receber	2.528	-	2.528
Adiantamentos às associações	54.531	-	54.531
Direitos a receber	805	-	805
Adiantamentos diversos	1.515	-	1.515
Despesas do exercício seguinte	963	-	963
Total do circulante	830.740	-	830.740
Não circulante			
Bloqueios judiciais	193	-	193
Depósitos judiciais	1.995	-	1.995
Direitos a receber	144	-	144
Aplicações financeiras	9.988	-	9.988
Imobilizado	22.160	12.803	9.357
Intangível	15.522	-	15.522
Total do não circulante	50.002	12.803	37.199
Total do ativo	880.742	12.803	867.939

	Saldos originalmente apresentados 31/12/2014	Ajustes	Saldos ajustados 31/12/2014
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	1.943	-	1.943
Impostos, taxas e contribuições sociais a recolher	2.187	-	2.187
Direitos arrecadados a classificar	2.714	-	2.714
Percentual societário de arrecadação	55.961	-	55.961
Direitos arrecadados a distribuir	618.666	-	618.666
Receitas financeiras a distribuir	24.688	-	24.688
Distribuições a identificar	578	-	578
Provisão para férias e encargos	5.394	-	5.394
Participação nos resultados	6.064	-	6.064
Outros passivos	1.172	-	1.172
Total do circulante	719.367	-	719.367
Não circulante			
Provisão para contingências	12.512	-	12.512
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	58	-	58
Superavit acumulado	148.805	12.803	136.002
Total do patrimônio líquido	148.863	12.803	136.060
Total do passivo + PL	880.742	12.803	867.939

3 | Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Fundo fixo	21	21
Bancos conta movimento	93	80
Aplicações financeiras	960.073	770.297
Total	960.187	770.398

A composição das aplicações financeiras está demonstrada a seguir:

Banco	Tipo	2015	2014
Santander	CDB	-	109.581
Santander	Compromissada	152.349	21.205
HSBC	Fundos de Investimentos	191	122.515
HSBC	CDB	57	57
Bradesco	Fundos de Investimentos	300.759	243.800
Bradesco	C/C Remunerada	117	135
Bradesco	Capitalização	5.435	6.016
Bradesco	CDB	2.017	1.869
Bradesco	Compromissada	132.015	-
Caixa Econômica Federal	CDB	367.133	265.119
Total		960.073	770.297

As aplicações financeiras estão compostas basicamente por Certificados de Depósitos Bancários – CDB's, com remuneração pós-fixada e com taxas superiores a 100% do CDI – Certificados de Depósitos Bancários, fundos de investimentos, debêntures, conta corrente remunerada e títulos de capitalização. Estão registradas ao custo histórico acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

4 | Arrecadação a receber

Refere-se a valores pendentes em 31 de dezembro na cobrança bancária, em função de recebimento da cobrança em D+1. A composição é a seguinte:

Banco	2015	2014
Bradesco	3.118	2.528
Total	3.118	2.528

5 | Adiantamentos às associações

De acordo com o Regulamento de Distribuição da entidade, nos meses em que não houver distribuição trimestral, o Ecad repassará às associações antecipações da distribuição. Os valores das antecipações serão calculados na base de 1/3 do total dos valores repassados na distribuição do trimestre imediatamente anterior, sendo descontado no repasse da distribuição trimestral subsequente.

A composição de adiantamentos concedidos às associações pode ser demonstrada como segue:

Associação	2015	2014
ABRAC	6	6
ABRAMUS	21.953	20.816
AMAR	1.841	1.703
ASSIM	2.777	2.757
ATIDA	78	78
SADEMBRA	764	592
SBACEM	2.591	2.735
SICAM	695	594
SOCINPRO	3.290	3.541
UBC	23.796	21.709
Total	57.791	54.531

6 | Bloqueios judiciais

Refere-se a bloqueios judiciais em contas bancárias da entidade decorrentes de processos judiciais em andamento:

A composição de bloqueios judiciais é a seguinte:

Banco	2015	2014
Bradesco	60	122
HSBC	38	41
Banco do Brasil	2	14
Caixa Econômica Federal	-	11
Santander	1	3
Banco Itaú	-	2
Total	101	193

7 | Direitos a receber

DIREITOS	2015	2014
Adiantamento – TV Record (*)	-	805
Outros	145	144
Total	145	949

DIREITOS	2015	2014
Circulante	-	805
Não circulante	145	144
Total	145	949

(*) Adiantamento efetuado pela entidade para as associações referente a verba da rubrica TV Record Complementar 2008/2009, conforme ata 409ª da Assembleia Geral realizada em 27/03/2013. O valor adiantado para as associações foi abatido trimestralmente do saldo da reserva técnica (emissoras que compõem a rubrica TV outras emissoras), até a quitação do montante, em outubro de 2015.

8 | Aplicações financeiras – Não circulante

Do saldo de aplicações mantidas no Banco Bradesco em 31 de dezembro de 2015, a entidade possui um montante de R\$ 10.466 relativos a Cartas de Fiança vinculadas a processos judiciais e contratos de locação e R\$ 2.472 relativo a Títulos de Capitalização com prazo de 24 meses, conforme abaixo demonstrado:

Aplicações	2015	2014
Descrição	Banco Bradesco	Banco Bradesco
Processo RBM Cinemas	76	69
Processo André Sperling	1.290	1.157
Processo CADE	612	549
Contratos de locação	8.487	7.442
Capitalização	2.472	771
Total	12.937	9.988

9 | Imobilizado

Descrição	31/12/2015		31/12/2014	
	Taxa anual	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imóveis	1,82% a 2,50%	1.165	368	798
Bens patrimoniais penhorados	2,50%	1.398	317	1.082
Móveis e utensílios	8,33% a 33,33%	2.613	1.286	1.328
Equipamentos de informática	20% a 50%	20.539	12.841	7.697
Aparelhos de comunicação e gravação	14,29% a 100%	696	585	111
Outras imobilizações	11,11% a 16,67%	52	9	41
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.397	404	993
Adiantamento a fornecedores do ativo imobilizado	-	3.262	-	3.262
Total		31.122	15.810	15.312

Movimentação do imobilizado:

Descrição	Taxa	Saldos em 31/12/2014 (Reapresentado)	Adições	Transferências	Baixas	Amortização/ Depreciação	Saldos em 31/12/2015
Imóveis	1,82% a 2,50%	823	-	-	-	(25)	798
Bens patrimoniais penhorados (a)	2,50%	1.117	-	-	-	(35)	1.082
Móveis e utensílios	8,33% a 33,33%	1.071	495	(2)	44	(192)	1.328
Equipamentos de informática (b)	20% a 50%	5.877	4.249	-	127	(2.302)	7.697
Aparelhos de comunicação e gravação	14,29% a 100%	114	69	2	17	(57)	111
Outras imobilizações	11,11% a 16,67%	18	27	-	1	(3)	41
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	337	791	-	-	(135)	993
Adiantamento a fornecedores do ativo imobilizado (c)	-	-	3.262	-	-	-	3.262
Total		9.357	8.893	-	189	(2.750)	15.312

Descrição	Taxa	Saldos em 31/12/2013	Adições	Transferências	Baixas	Amortização/ Depreciação	Saldos em 31/12/2014 (Reapresentado)
Imóveis	1,82% a 2,50%	2.616	1	(1.399)	52	(343)	823
Bens patrimoniais penhorados (a)	2,50%	-	-	1.399	-	(282)	1.117
Móveis e utensílios	8,33% a 33,33%	1.715	181	549	280	(1.094)	1.071
Máquinas e equipamentos	20% a 50%	1.073	-	(1.072)	1	-	-
Equipamentos de informática	14,29% a 100%	13.785	2.261	612	232	(10.549)	5.877
Aparelhos de comunicação e gravação	11,11% a 16,67%	921	27	(92)	214	(528)	114
Outras imobilizações	20%	16	5	3	1	(5)	18
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	472	-	-	-	(135)	337
Total		20.598	2.475	-	780	12.936	9.357

- (a) Refere-se a penhora do imóvel localizado na Rua Guilhermina Guinle, 207 – Botafogo, para fazer face à ação judicial de natureza tributária movida pelo município do Rio de Janeiro. De acordo com os nossos advogados externos a avaliação do risco de perda dessa ação é considerada como possível, conforme demonstrada na nota explicativa nº 17.
- (b) Os equipamentos de informática são compostos de servidores, computadores, impressoras, entre outros hardwares que estão alocados nas diversas unidades organizacionais da entidade. A aquisição relevante ocorrida em 2015 destina-se a substituição de computadores em diversas unidades organizacionais, aquisição de equipamentos responsáveis pela distribuição da rede sem fio de todo o Ecad, aquisição de servidor de maior capacidade para atender ao Sistema de monitoramento CIA Rádio, entre outras.
- (c) Adiantamento a fornecedores do Ativo Imobilizado são valores antecipados aos fornecedores de equipamentos de informática e de móveis e utensílios, relativos equipamentos de grande porte para armazenamento em nuvem (Cloud) que será utilizado para backup das gravações geradas pelo sistema de monitoramento CIA Audiovisual e aquisição de gerador, sistema de refrigeração e mobiliário para a unidade organizacional Sede II.
- (d) Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.2 (d), a partir de 01/01/2015 é prática da entidade a realização de cálculo e registro de depreciação para os componentes do ativo imobilizado, estando estes registrados a custo histórico, com ajuste por depreciações acumuladas de exercícios anteriores registrados em contrapartida do patrimônio líquido. As benfeitorias em imóveis de terceiros vinham sendo amortizados em exercícios anteriores não gerando ajuste no patrimônio líquido.

10 | Intangível

Descrição	31/12/2015		31/12/2014	
	Taxa anual	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Direitos de uso de sistemas	20 a 100%	17.207	10.945	6.262
Sistema de monitoramento – CIA Rádio	10%	3.413	1.480	1.933
Sistema de monitoramento – CIA Audiovisual	10%	7.968	797	7.171
Sistema de monitoramento – CIA Obra Musical	-	1.731	-	1.731
Adiantamento a fornecedores do ativo intangível	-	2.313	-	2.313
Total		32.632	13.223	19.410

Descrição	Taxa Amortização	Saldos em 31/12/2014	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2015
Direitos de uso de sistemas	20 a 33,33%	4.748	3.458	(1.944)	6.262
Sistema de monitoramento – CIA Rádio (a)	10%	2.274	-	(341)	1.933
Sistema de monitoramento – CIA Audiovisual (b)	10%	7.812	156	(797)	7.171
Sistema de monitoramento – CIA Obra Musical (em andamento) (c)	-	688	1.043	-	1.731
Adiantamento a fornecedores do ativo intangível (d)	-	-	2.313	-	2.313
Total		15.522	6.970	(3.082)	19.410

Descrição	Taxa Amortização	Saldos em 31/12/2013	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2014
Direitos de uso de sistemas	20 a 100%	4.243	1.913	(1.408)	4.748
Sistema de monitoramento – CIA Rádio	10%	2.615	-	(341)	2.274
Sistema de monitoramento – CIA Audiovisual (em andamento)	-	5.695	2.117	-	7.812
Sistema de monitoramento – CIA Obra Musical (em andamento)	-	608	80	-	688
Total		13.161	4.110	(1.749)	15.522

(a) Sistema informatizado desenvolvido pela entidade para monitoramento das atividades em rádios, concluído em 2011, sendo iniciada a sua amortização a partir da sua entrada em operação.

(b) Sistema informatizado desenvolvido pela entidade para monitoramento das atividades de Audiovisual, concluído e amortizado a partir de 2015.

(c) Sistema informatizado desenvolvido pela entidade para monitoramento das atividades de obras musicais, com expectativa para início de suas atividades no período entre 2017 e 2018.

(d) Adiantamento a fornecedores do ativo intangível são valores antecipados aos fornecedores de licenças de uso de sistemas, referentes a aquisições de licenças Oracle e softwares para armazenamento de dados em nuvem (Cloud).

11 | Impostos, Taxas e Contribuições Sociais a recolher

	2015	2014
INSS a recolher sobre salários	1.301	1.107
FGTS a recolher sobre salários	439	379
PIS a recolher sobre folha de pagamento	73	62
IRRF sobre salários	702	592
IRRF sobre serviços de terceiros	23	15
PIS/COFINS/CSLL 4,65% sobre serviços de terceiros	79	28
ISS sobre prestação serviços de terceiros	7	3
Contribuição sindical/assistencial	1	1
Total	2.625	2.187

12 | Direitos arrecadados a classificar

Representa o montante de arrecadação recebido, porém ainda não identificado o segmento, já deduzido do percentual devido às associações (percentual societário das associações) e da taxa de administração da entidade.

13 | Percentual societário de arrecadação

Representa o percentual societário sobre a arrecadação a distribuir, conforme Lei nº 9.610/88, atualizada pela atual Lei nº 12.853/2013 em fase de identificação pela entidade, conforme abordado na nota explicativa nº 1.

14 | Direitos arrecadados a distribuir

Representa o montante dos provisionamentos de arrecadação recebidos e identificados de acordo com as rubricas (segmentos) correspondentes. Está composto de créditos retidos a distribuir de períodos passados e do provisionamento a distribuir do período corrente, conforme Regulamento da Distribuição:

Rubrica	2015	2014
Músico Executante	33.403	19.234
Show/eventos	61.012	70.065
Cinema	40.794	29.372
Carnaval autoral/conexo	9.057	5.971
Atividades diversas	54	52
TV por Assinatura audiovisual/planilha	148.534	98.180
Rádio AM/FM	7.790	9.202
TV Aberta audiovisual/planilha	112	108
Outras emissoras de TV audiovisual/planilha	5.880	2.340
Música ao Vivo	20.277	16.733
Festa Junina autoral/conexo	850	597
Movimento tradicionalista gaúcho – MTG	169	159
Internet rádio/TV simulcasting	450	575
Direct TV audiovisual/planilha	2.246	2.176
Conta corrente sociedades	-	(15)
TV Globo + Direitos Gerais	105.421	66.526
TV Record + Direitos Gerais	27.070	13.662
TV SBT + Direitos Gerais	12.655	5.226
TV Band + Direitos Gerais	18.538	25.151
Rádio + Direitos Gerais (Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste)	47.838	34.568
Internet webcasting, podcasting e ambientação de sites	1.917	1.689
Internet YouTube/shows	429	468
Rede TV audiovisual/planilha	138	134
Casas de Festas	15.586	13.381
TV Record News (Rede Mulher TV)	469	341
Record e TV Globo Internacional	98	30
Depósito em consignação (titulares)	545	488
Casas de Diversão	17.220	13.949
TV Cultura (audiovisual/planilha)	84	90
Fundação Casper Líbero – TV Gazeta (planilha)	916	706
RTV Canal 10 (audiovisual/planilha)	19	12
TV Ind. São José Rio Preto (audiovisual/planilha)	768	441
Cable Link Oper Sinais TV (audiovisual/planilha)	111	146
Rede Família (audiovisual/planilha)	173	98
Radio e TV ON – CNT (audiovisual/planilha)	850	550
Sonorização – Copas da Fifa	139	251
Extra Jet radiofusão	740	717
TV Lages (audiovisual/planilha)	343	268
Globo – acordo	22.891	26.716
Sky – acordo (audiovisual/planilha)	15.064	22.977
Sonorização Ambiental	35.585	22.581
Réveillon 15%	-	720
Show Conexo	580	671
Usuários Gerais	41.368	37.460
Sonorização – Fan Fest	102	135
Sonorização – Tour da Taça	11	27
Net – acordo – planilha/audiovisual	42.461	42.608
Claro – acordo – planilha/audiovisual	28.781	29.620
Internet – simulcasting – regionalizada	2.016	1.339
Web/Spotify Brasil Serviços	1.394	23
Web/Deezer Music Brasil Ltda	253	140
TVR/M.R.V Comunicações Ltda	30	8
TVR/Rádio e TV Brasil Oeste	82	-
Web/Kboing Networks do Brasil	159	-
Total	773.472	618.666

A variação dos direitos arrecadados a distribuir do exercício de 2015 em relação a 2014 se deve a atualização dos direitos a distribuir de acordo com os percentuais atribuídos a partir de agosto de 2015 para atender a Lei nº 12.853/2013. Além disso, algumas rubricas tiveram valores que foram arrecadados no exercício de 2015 e serão repassados posteriormente de acordo com o Regulamento Interno de Distribuição.

Rubrica	Período
Músico Executante (Regime de Competência)	Crédito retido: ano corrente e períodos passados.
Show/Eventos e Cinema (Regime de Caixa)	Mensalidade/acordo: diversos períodos. À medida que tais valores sejam identificados pelas Áreas de Arrecadação e Distribuição, serão repassados às associações, corrigidos monetariamente. Crédito retido: ano corrente e períodos passados.
Carnaval (Regime de Competência)	Mensalidade/acordo: maio a dezembro do ano corrente. Crédito retido: maio de 2014 a abril do ano corrente e períodos passados.
Atividades diversas (Regime de Caixa)	Créditos retidos de diversos períodos a serem repassados à medida que tais valores forem identificados.
TV por Assinatura Audiovisual/Planilha (Regime de Competência)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Acordo: diversos períodos. Crédito retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
Rádio AM/FM – Extra Rádio (Regime de Competência)	Acordo: novembro a dezembro do ano corrente. Crédito retido: novembro de 2014 a outubro do ano corrente e períodos passados.
TV Aberta Audiovisual/Planilha	Crédito retido: períodos passados.
Outras Emissoras Audiovisual/Planilha (Regime de Competência)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Acordo: agosto de 2011 a dezembro do ano corrente. Crédito retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
Música ao Vivo (Regime de Competência)	Mensalidade/acordo: julho a dezembro do ano corrente. Crédito retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
Festa Junina (Regime de Competência)	Mensalidade/acordo: setembro a dezembro do ano corrente. Crédito retido: setembro de 2014 a agosto do ano corrente e períodos passados.
Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG (Regime de Competência)	Mensalidade/acordo: julho a dezembro do ano corrente. Crédito retido: julho de 2014 a junho do ano corrente e períodos passados
Internet Simulcasting (Regime de Competência)	Crédito retido: janeiro a junho de 2014 e períodos passados.
Directv Audiovisual/Planilha (Regime de Competência)	Mensalidade: julho a dezembro de 2004. Crédito retido: períodos passados.
TV Globo + Direitos Gerais (Regime de Competência)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados
TV Record + Direitos Gerais (Regime de Competência)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Acordo: julho de 2013 a junho do ano corrente. Crédito retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
TV SBT + Direitos Gerais (Regime de Competência)	Mensalidade: julho a setembro do ano corrente. Crédito retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
TV Band + Direitos Gerais (Regime de Competência)	Acordo: setembro e dezembro de 2014 e janeiro a junho do ano corrente. Crédito retido: outubro a dezembro de 2014 e períodos passados.
Rádios Regionalizadas + Direitos Gerais (Regime de Competência)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
Internet Webcasting, Podcasting e Ambientação de sites (Regime de Competência)	Mensalidade/acordo: julho a dezembro do ano corrente. Crédito retido: janeiro a junho do ano corrente e períodos passados.
Internet Youtube (Regime de Competência)	Crédito retido: julho a dezembro de 2012 e períodos passados.
Rede TV Planilha (Regime de Competência)	Mensalidade: março de 2008 a agosto de 2011.
Casas de Festas (Regime de Competência)	Mensalidade/acordo: julho a dezembro do ano corrente. Crédito retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
Record News – Rede Mulher de Televisão (Regime de Competência)	Acordo: dezembro/13 a novembro/14. Mensalidade: julho a novembro do ano corrente. Crédito retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
Record/ TV Globo Internacional	Provisionamentos de outubro a dezembro do ano corrente.
Depósito em Consignação (Titulares)	Representa depósito em consignação de titulares.
Casa de Diversão (Regime de Competência)	Mensalidade/acordo: julho a dezembro do ano corrente. Crédito retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
TV Cultura – Fundação PE Anchieta Audiovisual/Planilha (Regime de Competência)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
TV Gazeta – Fundação Casper Libero (Regime de Competência)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
RTV Canal 10 (Regime de Competência)	Mensalidade: outubro de 2012 a dezembro do ano corrente.
Rede Vida – Televisão Independente São José Rio Preto (Regime de Competência)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
Mix TV – Cable Link Operadora Sinais TV (Regime de Competência)	Crédito retido: janeiro a março do ano corrente e períodos passados.
Rede Família de Comunicação Audiovisual/Planilha (Regime de Competência)	Mensalidade: julho a outubro do ano corrente. Crédito retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
CNT Curitiba – Rádio e Televisão OM Audiovisual/Planilha (Regime de Competência)	Acordo: janeiro a abril do ano corrente. Mensalidade: julho a setembro do ano corrente. Crédito retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
Sonorização Copas da FIFA (Regime de Competência)	Mensalidade/acordo: novembro a dezembro do ano corrente. Crédito retido: setembro de 2014 a outubro do ano corrente.
Extra Jet Radiodifusão (Regime de Competência)	Acordo: janeiro de 2001 a fevereiro de 2008 e outubro de 2005 a janeiro de 2010.
TV Lages (Regime de Competência)	Acordo: agosto de 2003 a agosto de 2006.
Globo Acordo (Regime de Competência)	Crédito retido: julho de 2005 a outubro de 2013.
SKY Acordo Audiovisual/Planilha (Regime de Competência)	Crédito retido: janeiro de 2004 a dezembro de 2013.
Sonorização Ambiental (Regime de Competência)	Mensalidade/acordo: julho a dezembro do ano corrente. Crédito retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
Show Conexo (Regime de Competência)	Mensalidade/acordo: julho a dezembro do ano corrente.
Usuários Gerais (Regime de Competência)	Mensalidade/acordo: julho a dezembro do ano corrente.
Sonorização Fan Fest (Regime de Competência)	Mensalidade/acordo: novembro a dezembro do ano corrente. Crédito retido: setembro de 2014 a outubro do ano corrente e períodos passados.
Sonorização Tour da Taça (Regime de Competência)	Mensalidade/acordo: novembro a dezembro do ano corrente. Crédito retido: setembro de 2014 a outubro do ano corrente e períodos passados.
NET Acordo Planilha/ Audiovisual (Regime de Competência)	Valores retidos (30%), conforme Liminar. Crédito retido: janeiro de 2004 a dezembro de 2013.
Claro Acordo Planilha/ Audiovisual (Regime de Competência)	Valores retidos (30%), conforme Liminar. Crédito retido: dezembro de 2008 a dezembro de 2013.
Internet Simulcasting Regionalizada (Regime de Competência)	Mensalidade/acordo: julho a dezembro do ano corrente. Crédito retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
Web/Spotify Brasil Serviços	Provisionamentos de outubro de 2014 e março a dezembro do ano corrente.
Web/Deezer Music Brasil Ltda	Provisionamentos de dezembro de 2014 e março a abril do ano corrente.
M.V.R. Comunicações Ltda (Regime de Competência)	Acordo: outubro de 2005 a setembro de 2009.
Rádio e TV Brasil Oeste (Regime de Competência)	Acordo: Julho de 1999 a Dezembro de 2015.
Web/Kboing Networks do Brasil	Provisionamentos de março a dezembro do ano corrente.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentamos os valores resumidos por segmento (80% – Titular):

I – Segmentos Show/Eventos e Cinema:	Saldos em 31/12/2015
Show/Eventos	61.012
Cinema	40.793
Subtotal (a)	101.805

II – Demais Segmentos:	Saldos em 31/12/2015
Créditos retidos de períodos passados/correntes/reservas técnicas	277.420
Provisionamentos (mensalidade/acordo) a processar (Distribuição) de períodos passados e corrente.	343.487
Liminar – Embratel TVSAT – Claro TV (b)	20.760
Liminar – Net TV (c)	30.000
Subtotal	671.667
Total Geral	773.472

(a) Diversos Períodos (Mensalidade/acordo) – A medida que tais valores sejam identificados pelas áreas de Arrecadação e Distribuição, serão repassados às Associações, corrigidos monetariamente – Regime de Caixa.

(b) Ação movida pela UBC a fim de evitar a aplicação da alteração dos critérios de distribuição dos valores decorrentes da arrecadação de TV por Assinatura e dos acordos firmados com as TVs por assinatura NET e CLARO, tendo em vista não estar de acordo com os novos percentuais definidos e aprovados pelas demais associações na Assembleia Geral de 16 de outubro de 2014. A decisão liminar determinou que “permaneça bloqueado no Ecad o valor equivalente a 30% (trinta por cento) da verba de distribuição relativa aos direitos decorrentes da arrecadação da NET e da Claro correspondentes ao período de janeiro de 2004 a dezembro de 2013, sob pena de multa no valor equivalente a cada valor distribuído em descumprimento desta decisão”.

(c) A decisão liminar é específica ao determinar o bloqueio somente sobre a distribuição dos valores arrecadados em decorrência dos acordos da NET e Claro. Portanto, o bloqueio não se estende aos valores arrecadados correspondentes às mensalidades pagas pelas TVs fechadas, que foram distribuídos conforme a nova regra. Não houve recurso por parte do Ecad ou das associações quanto à decisão liminar, tendo sido realizado o bloqueio dos valores tal como determinado, ou seja, de 30% da verba decorrente dos acordos NET e CLARO. Em consequência, os valores bloqueados estão retidos junto ao Ecad e esta posição já foi informado ao Juízo da 10ª Vara Cível do Rio de Janeiro.

15 | Receitas financeiras a distribuir

Representa os rendimentos das aplicações financeiras auferidas, a distribuir aos detentores dos direitos autorais e às associações, quando ocorrem os repasses.

16 | Provisão para férias e encargos sociais

	2015	2014
Provisão para férias	4.033	4.013
Encargos sobre férias	1.368	1.381
	5.401	5.394

Calculada de acordo com o período aquisitivo de cada empregado, acrescidos dos encargos sociais.

17 | Provisão para contingências e depósitos judiciais

Composição dos saldos conforme abaixo demonstrado:

Provisão para contingências	2015	2014
Contingências trabalhistas (a)	1.374	849
Contingências tributárias (b)	-	5.730
Contingências cíveis (c)	5.929	5.933
Total	7.303	12.512

Depósitos judiciais	2015	2014
Depósitos judiciais trabalhistas	747	521
Depósitos judiciais tributários	1.483	1.444
Depósitos judiciais cíveis	27	30
Total	2.257	1.995

(a) Contingências Trabalhistas

O saldo relativo às contingências trabalhistas é referente aos processos propostos por empregados e terceirizados, versando sobre verbas de cunho salarial, deduzido dos respectivos depósitos judiciais avaliados como probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da entidade.

(b) Contingências Tributárias

No ano de 2014, o saldo relativo às contingências tributárias era referente aos processos relativos ao INSS/Salário Educação avaliados como probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da entidade. Em 31/12/2015, passaram a ser avaliados por nossos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível, tendo em vista que em sede de contestação alegamos a prescrição dos pedidos, o que foi rejeitado pela maioria dos desembargadores, diante dessa decisão interpomos recurso e os mesmos foram negados, diante disso, ingressamos com Recursos Especial e Extraordinário, os quais após negados, entramos com Agravo de Instrumento para os dois recursos, com a intenção de reforma. Requeremos que Recurso Especial não fosse analisado, haja vista que a matéria também estava sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal e eventual decisão no Recurso Especial poderia ser prejudicial ao processo. Nesse cenário, entendemos que a possibilidade de perda é apenas possível.

Dessa forma, procedemos a reversão do valor provisionado até 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 5.730, em função da alteração do prognóstico de perda de provável para possível informado pelos nossos assessores jurídicos.

(c) Contingências Cíveis

O saldo relativo às contingências cíveis é referente aos processos relativos a indenizações por danos morais e materiais, movidos por terceiros, avaliados como probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da entidade.

(d) Perdas possíveis

Os processos avaliados pelos assessores jurídicos da entidade, com probabilidade de perda possível não foram provisionados, mas, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, devem ser divulgados.

Com base no parecer dos assessores jurídicos da entidade, os processos são os seguintes:

	2015	2014
Contingências trabalhistas	1.211	6.838
Contingências tributárias	31.101	22.896
Contingências cíveis	36.044	7.337
Total	68.356	37.071

Dentre as contingências com probabilidade de perda possível, destacamos de acordo com a sua relevância:

- O processo cível nº 0008803-76.2014.8.19.0001 tendo como autor Francisco Rezek Sociedade de Advogados, tendo como natureza ação de com pedido de arbitramento de honorários advocatícios. No momento o processo está suspenso em primeira instância aguardando o resultado final dos agravos interpostos pelo Ecad. Tendo como valor da causa o montante de R\$ 28.700.
- O processo administrativo tributário nº 12448728525/2013-66 tendo como parte adversa a Receita Federal no Rio de Janeiro, tendo como objeto da ação a perda da isenção de IR, CSLL, COFINS e diferença do PIS, relativos ao ano base de 2009. Tendo como valor atualizado da causa no montante de R\$ 12.730.

Seu estágio atual aguarda decisão de 2ª instância administrativa nas impugnações apresentadas pelo Ecad contra Ato Declaratório de 25/02/2014 e o Auto de Infração lavrado em 26/05/2014.

De acordo com o parecer de nossos consultores jurídicos, eventual decisão administrativa que seja proferida no referido processo e convalide a exigência fiscal, poderá ser utilizada pela fiscalização para lavrar novos autos de infração de períodos posteriores, desde que seja observado prazo decadencial de 05 anos e seja expedido Ato Declaratório Executivo que revogue a isenção e demais benefícios fiscais.

- A execução fiscal nº 0075860-19.2011.8.19.0001 tendo como parte adversa o Município do Rio de Janeiro, sendo o objeto da ação o ISS, tendo sido efetuada penhora do imóvel situado a Rua Guilhermina Guinle, 207 oferecido em garantia do débito objeto da execução fiscal. Aguarda-se decisão de 2ª instância. Tendo como valor da causa o montante de R\$ 7.814.

(e) Ativo contingente

A entidade é autora em diversos processos de natureza cível visando o recebimento dos direitos autorais sobre as execuções musicais, e de acordo com parecer de nossos consultores jurídicos possuem possibilidade de êxito, porém não registrado conforme determinada o CPC 25.

Em 31 de dezembro de 2015, temos cerca de 46 processos com expectativa de êxito futuro estimado em R\$ 113.620.

18 | Patrimônio líquido

- O patrimônio social da entidade no montante de R\$ 58 (R\$ 58 em 2014) é compreendido por doações das sociedades fundadoras.
- Os ajustes de exercícios anteriores no montante de R\$ 480 referem-se a despesas com pagamento de comissões de agências autônomas, cuja competência era de dezembro de 2014, e foram reconhecidas na movimentação do patrimônio líquido do exercício de 2015.

19 | Receita operacional

	2015	2014
Receitas de Arrecadação:		
Taxa de administração – Arrecadação nacional	149.753	194.622
Taxa de administração – Arrecadação estrangeira	39	34
Total	149.792	194.656

	2015	2014
Receita financeira:		
Taxa de administração – financeira	16.820	12.920
Total	16.820	12.920

20 | Despesas com pessoal

	2015	2014
Pessoal	51.741	46.071
Férias e 13º salário	7.600	6.507
Estagiários	164	181
Assistência médica	6.937	5.806
Encargo trabalhista (FGTS / PIS)	5.015	4.104
Contribuição previdenciária	12.915	10.900
Total	84.372	73.569

21 | Despesas administrativas

	2015	2014
Serviços de terceiros, consultorias e assessorias	18.738	15.385
Viagens e deslocamento	1.895	1.495
Materiais de manutenção	756	1.007
Comunicação e publicidade	315	184
Conservação e manutenção	4.572	1.815
Locações diversas	6.341	5.061
Comunicações/telefones	4.280	3.583
Treinamentos	410	118
Outras despesas administrativas	9.871	17.289
Total	47.178	45.937

22 | Despesas tributárias

	2015	2014
IR sobre aplicações financeiras	3.057	2.632
IPTU	346	262
Contribuição Sindical Patronal	98	93
Taxas e licenças	23	31
Total	3.524	3.018

23 | Despesas financeiras

	2015	2014
Cobrança escritural	978	967
Comissão sobre fiança	1	68
Juros e multas	10	17
Despesas bancárias	4	3
Imposto sobre operação de câmbio	7	3
Total	1.000	1.058

24 | Despesas com Carnaval

	2015	2014
Carnaval arrecadação	67	71
Carnaval distribuição	164	160
Total	231	231

25 | Reversão / Constituição provisões

	2015	2014
Contingências trabalhistas	(525)	(397)
Contingências tributárias	5.730	-
Contingências cíveis / Autorais	4	(4.738)
Total	5.209	(5.135)

26 | Outras receitas e (despesas) operacionais

	2015	2014
Perdas diversas	(14)	(18)
Bens de pequeno valor não imobilizado	(342)	(290)
Despesas com devedores duvidosos	-	(379)
Baixa do ativo imobilizado	(189)	(779)
Varição percentual societário (*)	(23.289)	(7.048)
Custo mínimo das sociedades administradas	-	406
Receita de sucumbência de processo autoral	43	471
Recuperação de custas judiciais	403	378
Receita contrato de fidelização bancária	40	25
Amortização	(3.217)	(1.884)
Depreciação	(2.615)	-
Outras receitas	697	253
Total	(28.483)	(8.865)

(*) Esse valor refere-se a variação do percentual societário ocorrido no mês de agosto de 2014 e 2015, com efeito retroativo para os valores arrecadados e ainda a distribuir (vide nota explicativa nº 1).

27 | Seguros contratados

A entidade mantém cobertura de seguro em todo o Brasil para os bens patrimoniais, com base na apólice nº 180 0000206327, com vigência de 30.06.2015 a 30.06.2016, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos registrados, com limite máximo de responsabilidade no valor total de R\$ 21.070.

Não faz parte do escopo dos auditores independentes opinar sobre a cobertura de seguros.

As coberturas contratadas estão demonstradas a seguir:

Cobertura	Prédios, Móveis e Utensílios, Equipamentos e Periféricos
Incêndio, raio, explosão, implosão, fumaça e queda de aeronaves	17.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado e granizo	572
Danos elétricos	1.000
Tumultos, greves, lockout e atos dolosos	572
Roubo ou furto mediante arrombamento	550
Quebra de vidros, espelhos, mármore	86
Vazamentos de chuveiros automáticos	1.100
Equipamentos Eletrônicos	6.600
Recomposição de registros e documentos	1.100
Aluguel – perda ou pagamento, em decorrência de incêndio, raio, explosão, implosão, fumaça e queda de aeronaves	2.420
Responsabilidade civil – operações	1.100
Responsabilidade civil – empregador	550
Impacto de veículos	72

28 | Remuneração do pessoal-chave da administração

A administração da entidade está sob a responsabilidade dos gerentes executivos das áreas, Arrecadação, Distribuição, Administrativa Financeira, Jurídica, Tecnologia da Informação, Operações, Recursos Humanos, Marketing e Superintendência, todos empregados sob regime de CLT, os quais executam o orçamento operacional da entidade, devidamente aprovado pela assembleia das sociedades dirigentes.

A remuneração paga aos gerentes executivos, por serviços de empregados, está apresentada a seguir:

	2015	2014
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	10.086	8.930

29 | Participação dos empregados nos resultados

Para proporcionar ainda maior incentivo, através de premiação aos esforços coletivos de todos os seus empregados, em prol do aumento de produtividade e de sua performance global, de acordo com o seu Acordo Coletivo de Trabalho, o Ecad instituiu o Programa de Participação nos Resultados – PPR.

Todos os empregados do Ecad serão beneficiários do Programa de Participação nos Resultados, fazendo jus à verba intitulada Premiação Global, desde que sejam atendidas determinadas metas e condições.

Em 31 de dezembro de 2015, a entidade provisionou a título de PPR o montante de R\$ 6.816 (R\$ 6.060 em 31 de dezembro de 2014).

Mario Jorge Taborda Lopes
Contador – CRC 042.596/O-4

Gloria Cristina Rocha Braga
Superintendente-Executiva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Associados e Administradores do
Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – Ecad
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações contábeis do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – Ecad (entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de

auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada, com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Nossos procedimentos de auditoria revelaram os seguintes assuntos para formar nossa opinião com ressalva:

- a) Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.5, a entidade reconhece a receita de arrecadação pelo regime de caixa, somente quando do efetivo recebimento. Entretanto, as práticas contábeis adotadas no Brasil, determinam o reconhecimento das receitas no resultado do exercício pelo regime de competência. Não foi possível, com base nos procedimentos de auditoria, quantificar os efeitos da adoção dessa prática sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015; e
- b) Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.5, até 31 de dezembro de 2014, a entidade não registrava a depreciação sobre os bens de seu ativo imobilizado, não elaborava estudo específico quanto à análise periódica da capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível (“impairment”), não efetuava a revisão da expectativa de vida útil econômica do ativo imobilizado e intangível, bem como não determinava o valor residual dos bens (parcela não depreciável) do ativo imobilizado e intangível. A partir de 1º de janeiro de 2015, com base em estudo técnico efetuado por empresa independente, a entidade passou a depreciar os seus bens com base na expectativa de vida útil econômica do ativo imobilizado e intangível regularizando os assuntos supramencionados. Adicionalmente, despesas com pagamento de comissões de agências autônomas, no montante de R\$ 480 mil, cuja competência era de dezembro de 2014, foram reconhecidas no patrimônio líquido do exercício de 2015. Entretanto, a contabilização desses ajustes de saldos não foi efetuada em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificações de erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis, sendo efetuados diretamente no patrimônio líquido da entidade como ajustes de exercícios anteriores. Dessa forma, a demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está apresentada sem o efeito desses ajustes. Não foi possível, com base nos procedimentos de auditoria, quantificar os efeitos da adoção dessa prática sobre a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos que possam resultar dos assuntos mencionados no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – Ecad em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros.

Ênfase

Conforme a Nota Explicativa nº 17.d, está em trâmite processo administrativo tributário junto a Secretária da Receita Federal com objeto de ação da perda de isenção de determinados tributos (Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e diferença do Programa de Integração Social (PIS), relativos ao ano-base de 2009, com valor atualizado da causa no montante de R\$ 12.730 mil. Dependendo de decisão até a última esfera, poderá haver impacto em períodos posteriores a esta ação para períodos não prescritos ou fiscalizados. De acordo com os assessores jurídicos da entidade, a probabilidade de perda é possível. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores comparativos

As demonstrações contábeis do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - Ecad, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram examinadas por nós, que emitimos relatório em 13 de março de 2015, contendo modificação quanto ao assunto mencionado no parágrafo a) da “Base para a opinião com ressalva” e quanto falta do registro da depreciação sobre os bens de seu ativo imobilizado, não elaboração de estudo específico quanto à análise periódica da capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível (“impairment”), falta de revisão da expectativa de vida útil econômica do ativo imobilizado e intangível, bem como o valor residual dos bens (parcela não depreciável) do ativo imobilizado e intangível. A partir de 1º de janeiro de 2015, a entidade passou a depreciar os seus bens com base na expectativa de vida útil econômica do ativo imobilizado e intangível, regularizando os assuntos supramencionados.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2016.

Ana Cristina Linhares Areosa
Contadora CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 “S” – RJ